



revista
CIDADES

volume 12 | número 21 | 2015

URBANIZAÇÃO DIFUSA

ISSN 1679-3625 (impressa) - ISSN 2448-1092 (online)

SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	1
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA	
APRESENTAÇÃO.....	2
<i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i>	
CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA	14
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy	
GIUSEPPE DEMATTEIS	
CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA.....	35
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy	
GIUSEPPE DEMATTEIS	
MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES.....	55
Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Convergent answers in different contexts	
FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN	
DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	91
Urban dispersion and capitalist modernization	
NESTOR GOULART REIS	
FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RESULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.....	108
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database	
CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO	
FORME ET ETALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS.....	153
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database	
CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO	
A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA.....	197
L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France	
<i>François Moriconi-Ebrard</i>	

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE.....	225
A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França	
<i>François Moriconi-Ebrard</i>	
DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	250
Dispersion urbaine: notes pour un débat	
<i>IGOR CATALÃO</i>	
CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFERIAS?.....	278
Eccentric cities or new peripheries?	
<i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i>	
CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA.....	305
Cities and urban centralities in the amazon region: from the different territorial arrangements to the diffuse urbanization process	
<i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i>	
NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990.....	335
In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990	
<i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i>	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.....	359
The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil)	
<i>JÚLIO BENTES</i>	
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE.....	400
Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeast axis	
<i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i>	
FORA DO DOSSIÊ	
O MUNDIAL E O PLANETÁRIO.....	441
<i>HENRI LEFEBVRE</i>	

CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFÉRIAS?

ESTER LIMONAD

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro/RJ, Brasil
ester_limonad@yahoo.com

HELOISA SOARES DE MOURA COSTA

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG, Brasil
heloisasmcosta@gmail.com

RESUMO

Mudanças desencadeadas pela III Revolução Industrial afetaram a distribuição espacial da produção e da população, desafiando concepções arraigadas de centralidade e de rede urbana. Nossa meta é discutir as mudanças nas concepções de centralidade no âmbito da urbanização contemporânea, tendo como referencial empírico a região metropolitana de Belo Horizonte, no Sudeste do Brasil. Assim, a partir de uma abordagem teórico-conceitual sobre centralidades, polos e posição de centralidade, o contexto espacial da região metropolitana de Belo Horizonte é explorado, por estar experimentando uma crescente dispersão espacial das atividades produtivas, da população e do poder político-administrativo, em contraste com uma tradição histórica de forte centralidade em relação à periferia. Para encerrar, após analisar os resultados espaciais e as perspectivas para a região metropolitana de Belo Horizonte, são elencadas algumas questões para ajudar a entender os desafios colocados para o planejamento metropolitano, que usualmente prevalecem na escala local/metropolitana, ainda mais em um contexto de articulação econômica com processos globais mais gerais e exigências socioambientais e políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Centralidade. Urbanização. Arranjos espaciais. Belo Horizonte. Brasil.

ECCENTRIC CITIES OR NEW PERIPHERIES?

ABSTRACT

Changes set in motion by the third industrial revolution, affected the spatial distribution of production and population, challenging established conceptions of centralities and urban networks. Our goal is to discuss the changing notion of centralities within contemporary urbanization, supported by some empirical evidence from the Metropolitan Region of Belo Horizonte in Brazil. Hence following a theoretical approach on centralities, poles and positioning, the spatial context of the Metropolitan Region of Belo Horizonte is explored as it is experiencing an increasing spatial dispersion of economic activities, population and political power against an historical backdrop of strong center-periphery relationships. Finally as a closure after analyzing Belo Horizonte Metropolitan Region spatial outcome and its perspectives, some questions are enrolled to help to understand the challenges posed to metropolitan planning usually prevailing at local/metropolitan level, in a context of economic articulation with more general global process and socio-environmental and political requirement.

KEYWORDS: Centralities. Urbanization. Spatial arrangements. Belo Horizonte. Brazil.

INTRODUÇÃO

No romance *Fundação*, que abre uma trilogia de ficção científica, inspirada em um conto publicado em 1942 na revista *Astounding Stories*, Isaac Asimov apresenta Trantor, uma cidade planetária, sem limites, sem centro ou periferia. Uma vintena de anos depois, Marshall McLuhan afirma que “a nova interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global” (MCLUHAN, 1962, p. 31 – trad. nossa). Meio século mais tarde, sucedem-se os estudos acadêmicos que argumentam estar o mundo se convertendo em uma única cidade, em um lugar global.

Grandes aglomerações urbanas, tais como Los Angeles, São Paulo e Cidade do México, levam muitos a questionar a ideia de centralidade. *Vis-à-vis* ao desenvolvimento econômico de muitos países e a mudanças na divisão internacional do trabalho, colocam em cheque as ideias de periferia e de subdesenvolvimento. Mais tarde, vários países caracterizados como subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento conquistam o *status* de desenvolvidos, o que significa, entre outras coisas, uma mudança nas respectivas situações de centralidade, com diversas implicações, a começar pelo fato de que ao deixarem de ser considerados como periferia, deixam de receber suporte financeiro do exterior e passam a ter um tratamento diferenciado por parte de organismos e instituições internacionais, como se fossem efetivamente desenvolvidos.

É possível ainda falar de centro? De centralidade? Ainda mais nos tempos atuais marcados por uma crescente intensidade de interações, de vínculos e de ligações materiais e imateriais, que aparentemente aproximam tudo e todos e permitem multiplicar e exponenciar as simultaneidades? Terá a ideia de centro, de centralidade perdido a validade? Ou terá conquistado novos significados?

Nos tempos atuais, sem sombra de dúvida cabe questionar as noções clássicas de centralidade pautadas em um dualismo simplista centro-periferia, nas quais a periferia corresponderia aos lugares que não são centrais ou, ainda, as concepções fundadas em uma hierarquia de lugares centrais (CHRISTALLER, 1966), tão caras aos economistas neoclássicos, bem como noções inspiradas em modelos e esquemas hierárquicos que buscam reduzir a complexa realidade a tipologias de padrões predefinidos.

Hoje nos defrontamos com uma crescente complexidade em que redes de interações materiais e imateriais se superpõem a outras preexistentes, desconstruindo hierarquias consagradas historicamente. O corolário é uma reorganização espacial da distribuição das atividades produtivas e da população em diferentes escalas, à medida que lugares historicamente reputados como não

centrais articulam-se diretamente aos fluxos globais. Um exemplo nesse sentido é a localização de *call-centers* de grandes companhias aéreas em Dublin (Irlanda), de serviços de atendimento de planos de saúde norte-americanos na Índia ou, ainda, de centrais de atendimento de cartão de crédito em Uberlândia, interior de Minas Gerais, no Brasil. A separação territorial de centros de decisão, administração e produção resulta em um entrelaçamento interescalar de redes e lugares de diferentes tipos e níveis.

Sem dúvida, mudanças na organização do espaço social, engendradas pela III Revolução Industrial, afetaram a distribuição espacial das atividades produtivas e da população, desafiando concepções arraigadas de centro, centralidade e rede urbana em diferentes escalas.

Continuidades e simultaneidades territoriais cedem lugar a continuidades e simultaneidades temporais, à medida que as aglomerações urbanas se expandem de forma dispersa. Agora, as articulações e interações materiais e virtuais existentes em diferentes escalas tornam-se mais importantes que a localização geográfica de um lugar. Em decorrência, paradigmas explicativos e concepções clássicas de centro e centralidade são postos em questão, conforme rearranjos políticos e espaciais (HARVEY, 2001) levam à formação de centros e de centralidades fora das aglomerações urbanas.

Nosso propósito aqui é discutir as mudanças na noção de centralidade no âmbito da urbanização contemporânea no Brasil, com base em algumas evidências empíricas. Partimos, assim, de uma abordagem teórica sobre centralidade, polos e posição de centralidade. A seguir, apresentamos e discutimos a região metropolitana de Belo Horizonte, situada no Sudeste do país, a qual tem experimentado, nos últimos anos, uma crescente dispersão espacial das atividades econômicas, da população e das instalações político-administrativas frente a uma tradição de intensa centralização de atividades na capital mineira. Encerramos este ensaio com algumas ponderações sobre as

consequências desse processo de dispersão e algumas perspectivas que se abrem em termos de gestão e planejamento.

SOBRE CENTRO E CENTRALIDADE

A ideia de centro, de centralidade, pressupõe a existência de uma aglomeração, de acessibilidade, de concentração de emprego, de riqueza, de conhecimento, de informação, de cultura, de inovação e de ação política, legal, econômica e social. A fragmentação e segmentação espacial das diferentes atividades relacionadas à reprodução geral da sociedade geram, simultaneamente, uma complexificação, uma diversificação e uma especialização de lugares de moradia, de trabalho, de serviços e de gestão. Por conseguinte, temos hoje a constituição de diferentes centralidades especializadas e espalhadas territorialmente, organizadas em redes policêntricas e multipolares de cooperação e de competição (LIMONAD, 2002).

Em suas aulas, Milton Santos dizia, muitas vezes com um pequeno sorriso, que “a ciência é a arte de estudar o óbvio”. Uma afirmação aparentemente inócua, tão simples e banal, sem dúvida poderia levar os incautos a concluir ser fácil fazer ciência. A questão é que se a ciência é a arte de estudar o óbvio, o problema de fato é conseguir enxergá-lo além das aparências e, por assim dizer, das obviedades. Frequentemente, a resposta está diante de nossos olhos e, para vê-la, necessitamos estranhá-la, desconhecê-la.

Estas considerações iniciais fazem-se necessárias, em boa parte em razão do tema que nos propomos a tratar, cujo caráter mais ou menos óbvio pode conduzir a equívocos diversos de análise e de interpretação, o que nos obriga a elencar uma série de questões para melhor delimitar nosso objeto de reflexão. Já de início cabe distinguir que a centralidade pode ser pensada em diferentes escalas, desde a escala intraurbana até escalas de diferentes recortes de redes urbanas, do local ao global. Spósito salienta que

No primeiro nível é possível focar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomando como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível, a análise toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração [...] (SPÓSITO, 1998, p. 28).

Por que isso? Primeiro, pelo fato de que ao se tratar de centralidades, a primeira obviedade que muitas vezes aparece é a identificação da ideia de centralidade com uma centralidade geométrica, física, ou seja, sua identificação com um ponto médio, um ponto de equilíbrio, um ponto estável no tempo e no espaço. Porém, o centro, a centralidade, independe e não carece de uma posição geométrica estável, fixa e imutável (CLAVAL, 2000).

A simples ideia de uma centralidade física, geométrica, pressupõe a existência de uma equidistância entre diferentes pontos e um ponto central, mensurável cartograficamente e invariável nas escalas cartográficas. Todavia, como propõe Claval (2000), essa concepção de centralidade geométrica perde sentido e significado a partir de uma perspectiva geográfica, pois, em seu entender, a centralidade que se estabelece pode ser de natureza econômica ou simbólica. Já a partir de uma concepção dialética do espaço social, que não se confunde com o espaço euclidiano, nem com o território físico em si, o caráter central ou periférico de um lugar, sua posição de centralidade em um território, só pode ser estabelecido e ser compreensível, se partirmos da sociedade e das relações sociais (MONNET, 2002) que conferem significação a esse lugar.

A centralidade espacial-temporal, assim definida, independe da localização, mas se manifesta de distintas maneiras em diferentes escalas de análise e reflexão, ainda mais se lembrarmos que um fenômeno muda de significado e de importância conforme a escala (LACOSTE, 1982). Portanto, em termos da centralidade espacial não há excentricidade propriamente dita, uma vez que o espaço social é relacional e não se confunde com o território físico.

Uma segunda questão a se ter em mente é o fato de ser comum identificar o centro e a centralidade com o núcleo original da aglomeração urbana (PESAVENTO, 2007). Porém, este centro, esta centralidade é mutável ao longo do tempo. Assim, o centro pode não necessariamente coincidir com o centro geográfico de uma cidade, nem com seu sítio histórico original (SPÓSITO, 1991; CHALAS, 2010).

Mudam as práticas socioespaciais, mudam as referências, desenvolvem-se as técnicas. Por conseguinte, a condição de centralidade de um lugar se altera, seja pelo desenvolvimento do meio técnico-científico, seja por ações de planejamento.

O desenvolvimento do meio técnico-científico, sua transformação em meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994, 1996) reflete-se não apenas nos processos produtivos, mas na organização social do espaço e, por conseguinte, na condição de centralidade de diferentes lugares. E isso se evidencia ao se alterarem a mobilidade espacial da população, das atividades produtivas, bem como a acessibilidade a bens e serviços. Por sua vez, intervenções planejadas ou não na configuração e organização social do espaço podem, também, contribuir para alterar a condição de centralidade de um lugar.

As centralidades urbanas, apreciadas segundo a chave das conjunturas, são resultantes de tomadas de decisões relacionadas às prioridades políticas de uma época, bem como às disponibilidades de financiamento e de recursos financeiros. Dependem, também, das disposições legais vigentes, que dispõem, por exemplo, sobre a normatização das construções e a altura dos prédios. A centralidade urbana está sujeita ainda às regras e concorrências do mercado imobiliário, que disputa o solo urbano, sobretudo os terrenos e prédios da área central, extremamente valorizados e de alto custo (PESAVENTO, 2007).

Outro equívoco usual é confundir a centralidade com um lugar de atração, ou seja, com um polo. E isso nos conduz a um terceiro ponto, qual seja, a necessidade de diferenciar centros e polos. Os quais, ao contrário do que muitos podem supor, não são meros sinônimos. A diferença é qualitativa. O centro

pressupõe a existência de hegemonia (GRAMSCI, 1996), de concentração espacial e exercício de poder que, por sua vez, presume a existência de relações verticais e horizontais de dominação, de interação e irradiação de atividades, enquanto a centralidade seria, seguindo Yves Lacoste (2003), a propriedade intrínseca do que se encontra no centro ou ao que é considerado centro. A partir dessa perspectiva, a condição de centralidade de um lugar em relação a uma periferia pode ser entendida como uma expressão do poder e da hegemonia que esse lugar exerce sobre outros lugares, em diferentes níveis e escalas. O poder pode ser de caráter político, econômico-financeiro ou mesmo sociocultural. A concentração de poder em um sítio no território confere a este um significado político, enquanto lugar, cidade, capital, e viabiliza sua hegemonia sobre outros lugares, a qual se materializa no exercício do poder sobre um território, em sua dominação, subordinando à sua própria lógica, a lógica hegemônica, as diferentes formas de apropriação social preexistentes.

Os polos, por sua vez, podem ser definidos e caracterizados como lugares que concentram atividades e condições gerais de produção, sem, todavia, concentrarem ou exercerem, necessariamente, poder sobre o território (BORDEAU-LEPAGE; HURIOT, 2005, p. 13). Assim, os polos seriam lugares de concentração de condições gerais de produção e de atividades, sem necessariamente subordinarem à sua lógica o território circundante ou outros lugares, muito embora possam atuar como focos de atração e de repulsão de atividades e de trabalhadores. Os polos, portanto, podem ser entendidos como nós de uma rede, que estabelecem, entre si e outros lugares, relações de interação horizontais e de criação de atividades, muitas vezes subordinados a uma lógica hegemônica, sem necessariamente afetar o território circundante.

O desenvolvimento de atividades nos polos e ao redor deles tende, assim, a levar à formação de *clusters*, de enclaves especializados no território, que possuem uma centralidade diferencial própria específica concernente à especialização e à diferenciação de cada um, em relação aos demais centros e

polos que se relacionam em rede, sem incorporar e sem necessariamente impactar o desenvolvimento do entorno. De forma diversa dos polos, os centros possuem um caráter hegemônico que os capacitam a impor sua lógica de várias maneiras, com impactos distintos em diferentes escalas sobre as relações socioespaciais pretéritas. Centros e polos possuem, por conseguinte, uma espacialidade intrínseca e relacional, pois se definem espacialmente em relação a outros lugares e a outros pontos de um território.

Ao se definir um centro geográfico, define-se simultaneamente de forma *sine qua non* uma periferia, a existência de um presume a outra. No entanto, uma periferia pode estar subordinada a outros centros, ou mesmo ser central, em relação a outros espaços periféricos.

Então, como é possível falar de excentricidades? Que excentricidades estamos considerando? Certamente excentricidades geográficas, a partir de uma perspectiva dialética que considera a sociedade e as práticas espaciais. Falamos de forma metafórica de excentricidades para nos referirmos aqui às mudanças nas relações de centralidade, que se transpõem das aglomerações urbanas para suas periferias, ou mesmo para outras periferias. Estas excentricidades são expressões de mudanças e de diferenças na organização social do espaço, que tem por base a complexificação de processos mais gerais relacionados à reprodução das relações sociais de produção e ao aprofundamento da divisão espacial e social do trabalho.

Centralidades excêntricas emergem fora das aglomerações urbanas, em decorrência da diversidade de fluxos econômicos materiais e imateriais, que demandam rearranjos políticos e econômicos no território. São aglomerações fragmentadas, dispersas, extensivas, difusas – segundo as inúmeras designações que se multiplicam e sobrepõem, com significados diferentes, para caracterizar essas mudanças das aglomerações urbanas. O resultado é um deslocamento, no território, de diferentes centralidades para áreas periféricas, que designamos aqui de excentricidades, entendendo-as, num primeiro olhar, como manifestação de uma mudança nas relações centro-periferia. A complexificação, a diversificação e

a fluidez de processos materiais e virtuais, com a concomitante redefinição de centralidades e das relações centro-periferia, constituem traços distintivos da produção social do espaço na contemporaneidade.

CENTROS, CENTRALIDADES E PERIFERIAS NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Yves Chalas (2010, p. 23) fornece-nos elementos para explicitarmos em detalhe nossa argumentação por entender que as reais dimensões da urbanização contemporânea tais como a generalização da mobilidade, a extensão territorial sem precedentes da urbanidade ou a nova relação que a cidade mantém com a natureza, entre outras, são constitutivas da redefinição do centro e da centralidade em nossas cidades¹.

Embora provavelmente não tenha sido intencional, sua sistematização de quinze traços da urbanização contemporânea, muitos deles anteriormente expostos por outros autores, contribui para refletirmos sobre o caráter contemporâneo do centro e da centralidade urbana em diferentes escalas e avançarmos em sua compreensão. Principalmente se associarmos tais características às concepções de simultaneidade de Henri Lefebvre (1969), às de redes, horizontalidades e verticalidades de Milton Santos (1996), às de cidade difusa e de dispersão da urbanização de Francesco Indovina (1990, 2005), e às de multipolaridade e de policentrismo, de Edward Soja (1989).

A ideia de agregação urbana de Chalas (2010) remete-nos à proposição de Lefebvre (1969) de extensão territorial do tecido urbano ou de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2003), a qual converge para a noção de um espaço ocupado de forma esparsa por diferentes aglomerados que estabelecem entre si distintos tipos de interação, em diferentes escalas e níveis, independentemente de seu tamanho, porte, dimensão (LIMONAD, 2002, 2010) e posição de

¹ “[...] the actual dimensions of contemporary urbanization such as the generalization of mobility, the unprecedented territorial extension of urbanity or the new relation the city keeps with nature, among others, are constitutive of the redefinition of the center and the centrality in our cities” (CHALAS, 2010, p. 23).

centralidade (SHEPPARD, 2002), inclusive de forma indiferente aos níveis de acessibilidade e de proximidade entre eles.

Destarte, a capilaridade das infraestruturas de transporte, que Chalas (2010) denomina de mobilidade fundadora, cabe ser pensada associada à acessibilidade a bens e serviços. Pois, se a mobilidade presume o movimento, a acessibilidade pressupõe a distribuição espacial de equipamentos, serviços e infraestruturas – abastecimento, saneamento, transportes e comunicações –, sendo ambas, mobilidade e acessibilidade, fundamentais para viabilizar a ocupação urbana dispersa e propiciar condições para que o policentrismo e a multipolaridade aconteçam.

Por sua vez, a ideia de policentrismo remete diretamente às proposições de Soja (1989), referentes à formação de centralidades multipolares, e às considerações de Santos (1996), relativas às novas formas de regionalização que ocorreriam através de articulações e interações verticais entre diversos lugares.

De fato, lembrando Milton Santos (1994, 1996), se durante o fordismo, as continuidades e simultaneidades espaciais eram marcadamente territoriais, o que permitia processos horizontais de interação e regionalização com a formação de manchas urbanas contínuas, a partir de eixos de transporte e de comunicação, isso muda com as exigências da acumulação flexível (HARVEY, 1989). As características desse novo padrão de acumulação tornaram possível que as continuidades e simultaneidades territoriais prévias se tornassem temporais. O que isso significa? Agora, prevalece a simultaneidade temporal de processos diversos em diferentes pontos do território, o que faculta interações e regionalizações verticais. As regionalizações não mais ocorrem apenas através de pontos, eixos e manchas, mas também através de pontos e eixos sem necessariamente afetar o território adjacente (LIMONAD, 2007). Cada uma, *per se*, possui uma forma urbana característica prevaiente. A primeira tem por traço distintivo a intensificação da urbanização acompanhada pela expansão interminável da mancha urbana, com a formação de grandes aglomerações urbano-metropolitanas contínuas, como Los

Angeles, Cidade do México e São Paulo. A última, por sua vez, tem como característica uma urbanização extensiva, em que prevalece a dispersão da população, das atividades produtivas e de serviços, com a formação de amplos arquipélagos urbano-metropolitanos (LIMONAD, 2007), envolvendo aglomerações urbanas prévias, campos cultivados, reservas naturais, exploração mineral e outras atividades.

Essas interações e regionalizações verticais gerariam, assim, segundo Limonad (2010), um tipo particular de malhas reticulares, nas quais os espaços intersticiais não apresentariam necessariamente interações com os nós das redes pretéritas, conformando uma topografia virtual de interações de diferentes ordens, tipos e intensidades, superposta e combinada à organização urbana pretérita.

Paralelamente, a crescente desruralização do mundo rural e sua subordinação à hegemonia do urbano também interferem nas relações de centralidade, na difusão da dispersão urbana e na multiplicação de periferias. E isso ocorre, principalmente, em decorrência das mudanças e da deterioração dos usos pretéritos do campo, a que se soma um amplo leque de fatores, que abrange a pressão da especulação imobiliária sobre as propriedades rurais, a expansão territorial do agroprodutivismo, bem como a multiplicação de desertos verdes e a intensificação da exploração mineral. A migração do campo para as cidades converte-se, assim, em parte intrínseca de um processo mais amplo de desenvolvimento econômico e de mudança social. Por outro lado, as mudanças ao nível da reprodução das condições gerais de (re)produção, além de desestruturarem a organização pretérita das atividades produtivas, contribuem para uma crescente dispersão espacial da população, das atividades produtivas e dos serviços.

O corolário dessa ampla reestruturação dos processos produtivos é uma crescente indefinição das fronteiras e da diferenciação rural-urbano, superando o dualismo entre cidade e campo (LIMONAD; MONTE-MOR, 2012), lado a lado com

uma crescente fragmentação territorial da divisão social e técnica do trabalho, com desdobramentos nas centralidades pretéritas, como pretendemos mostrar a seguir, tomando a região metropolitana de Belo Horizonte como caso paradigmático para a nossa reflexão.

UM EXEMPLO A PARTIR DA PERIFERIA: CENTROS E CENTRALIDADES EM BELO HORIZONTE, BRASIL

No processo histórico de produção do espaço urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a intervenção do Estado, em associação com investimentos privados, desempenhou um importante papel na produção do espaço abstrato, para usar os termos de Henri Lefebvre (1991). Planejada para se tornar a nova capital moderna do Estado de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto, a antiga capital ligada aos interesses de exploração mineral colonial, Belo Horizonte pode ser vista como a materialização política e econômica de um novo projeto de centralidade de um estado dividido entre vários grupos e forças políticas e econômicas, na passagem do século XIX para o século XX. A construção da cidade sugere o divórcio entre uma nova centralidade emergente e o antigo centro histórico de poder do Estado de Minas Gerais. Cessa, assim, de haver uma coincidência espacial entre o passado colonial tradicional histórico e a centralidade moderna emergente. A criação de uma nova cidade como forma de integração territorial e centralização política do poder tem ocorrido em muitos outros lugares e tempos, como foi, por exemplo, a construção da capital modernista no planalto central do país, Brasília, em 1960.

Durante as primeiras décadas de Belo Horizonte o governo estadual mineiro pôs uma forte ênfase nos investimentos públicos em infraestrutura física para atrair o capital industrial e estimular a ocupação da capital nascente. Apesar desses esforços iniciais, Belo Horizonte veio a adquirir alguma importância econômica a partir de 1940, período em que foram realizados importantes investimentos no sistema de estradas, na rede de eletricidade e na criação de distritos industriais, principalmente nas direções norte e oeste da cidade, indo

além de seus limites. Posteriormente, esses investimentos direcionaram a expansão metropolitana subsequente, particularmente na década de 1950, propiciando o surgimento de outras centralidades urbanas, com diferentes características: concentração industrial na direção oeste e um conjunto mais complexo de investimentos na direção norte. Estas centralidades que emergiram a partir da associação de investimentos públicos e privados nunca chegaram efetivamente a competir com a área central de Belo Horizonte, mas se converteram em centros terciários de crescente importância na aglomeração metropolitana alguns anos mais tarde.

A primeira expansão urbana para além dos limites municipais foi a criação de um distrito industrial pioneiro – a Cidade Industrial Juventino Dias – no município vizinho de Contagem, ao qual se seguiram, posteriormente, vários outros, como parte de uma política pública estadual de atração do capital industrial. Esse distrito desencadeou o crescimento metropolitano e o parcelamento do solo na direção oeste, conformando uma cidade industrial, em termos lefebvrianos, onde há uma forte conexão entre as características da urbanização e as necessidades do capital industrial (OLIVEIRA, 1977). De fato, desde os primeiros tempos de consolidação do capitalismo periférico, a informalidade era um importante elemento do crescimento e da expansão urbana. Tal processo deu lugar ao surgimento de subcentros de relevância local ao longo do sistema viário principal.

Um segundo movimento de investimentos do governo do Estado de Minas Gerais, no mesmo período, foi a construção do complexo urbanístico da Pampulha, formado por equipamentos culturais e turísticos, parcelamentos do solo e construção de habitações de alta renda no limite setentrional, o que contribuiu para dinamizar o mercado de terras e imóveis nas áreas próximas, direcionando a futura expansão metropolitana para aquela direção. Posteriormente, nos anos setenta, outros investimentos públicos incluíram novos

distritos industriais, nem sempre bem sucedidos em termos de sua ocupação, bem como vários conjuntos habitacionais de interesse social, já na década de oitenta.

Os anos de 1970 são usualmente lembrados como o período de intensa mobilidade espacial da população, criação formal de nove regiões metropolitanas, altas taxas de crescimento industrial, repressão política, concentração de riqueza e poder, particularmente nas grandes áreas urbanas do Sudeste do país. Em Belo Horizonte e em outras grandes cidades, a expansão espacial foi resultado de antigos e novos investimentos públicos e privados, em especial aqueles relacionados à produção industrial e ao mercado imobiliário (COSTA, 1994).

A opção por uma política de acesso à terra e à habitação orientada pelo mercado resultou em uma clara separação entre um crescimento urbano formal, nas áreas mais centrais, e um frágil padrão de urbanização nas áreas periféricas menos valorizadas. A articulação entre capitais privados e públicos investidos em terras e atividades imobiliárias, especialmente habitação popular, foi um importante elemento no processo de produção do espaço: de forma geral, embora nem sempre, investimentos públicos proviam acessibilidade e infraestrutura às novas áreas urbanas, enquanto capitais privados e proprietários fundiários produziam assentamentos de qualidades distintas, de acordo com diferentes faixas de renda.

Tal processo resultou em uma configuração espacial centro-periferia com a concentração de investimentos em infraestrutura e serviços nas áreas centrais, nas quais se localizava a maior parte das atividades econômicas, dos empregos e das habitações formais, onde os valores imobiliários e fundiários eram mais elevados e as edificações foram majoritariamente produzidas por processos formais – embora nem sempre, uma vez que são muitas as áreas centrais informais (COSTA, 2012).

A contínua expansão espacial periférica por meio de loteamentos direcionados às faixas de baixa renda, típica dos anos cinquenta e setenta, diminuiu durante os anos oitenta e noventa, mas uma parte substancial das áreas

já parceladas tornou-se mais adensada. Áreas vazias – inclusive áreas públicas – foram ocupadas por habitações precárias, quartos foram alugados, lotes foram subdivididos e ocupados por imóveis para aluguel ou venda etc. Todas essas estratégias de sobrevivência contribuíram para aumentar a densidade demográfica e redefinir as demandas sociais urbanas feitas ao Estado, particularmente no nível local (COSTA; MENDONÇA, 2011). Esse processo se expressa tanto em taxas de crescimento anual da população urbana mais elevadas nos municípios metropolitanos da periferia norte, quanto em taxas declinantes no município de Belo Horizonte.

Por outro lado, a intensa ocupação das áreas periféricas tem dado origem a centralidades populares emergentes, vibrantes áreas de atividades comerciais e de serviços frequentadas por moradores de conjuntos habitacionais e de áreas populares cada vez mais densas. Nestas centralidades, há um claro desequilíbrio entre atividades de produção e consumo, uma vez que as pessoas têm que se deslocar diariamente para trabalhar ou para ter acesso a atividades terciárias, instituições e serviços de maior complexidade e abrangência.

Em síntese, em Belo Horizonte, o processo tradicional de produção da periferia foi muito intenso durante os anos setenta, atingindo vários municípios metropolitanos vizinhos. Durante os anos oitenta, o ritmo desse processo se abrandou e, a partir da década de noventa, puderam ser identificadas duas tendências simultâneas: um adensamento generalizado das áreas já urbanizadas, particularmente das periferias populares, como mencionado, e uma nova onda de expansão espacial caracterizada pela dispersão e por novas e seletivas reconcentrações de parcelamentos em alguns municípios.

URBANIZAÇÃO DISPERSA, CIDADE SEM LIMITES E NOVAS PERIFERIAS

Mudanças na estrutura territorial das cidades e metrópoles apontando na direção de formas cada vez mais dispersas de urbanização, em sintonia com as tendências correntes em todo o mundo, podem ser encontradas em muitas

regiões brasileiras (REIS FILHO, 2006). Em Belo Horizonte, empreendimentos residenciais – casas de campo, segundas residências associadas a clubes, parcelamentos do solo – vêm sendo produzidos fora dos limites espaciais da aglomeração urbana principal desde os anos 1950, com uma acentuada tendência de expansão metropolitana ao sul. Essa direção de crescimento é caracterizada por intensa disputa pela terra, envolvendo importantes agentes sociais associados a diferentes usos, com destaque, entre outros, para: empresas mineradoras, detentoras de grandes territórios; movimentos sociais e ecológicos de preservação ambiental; promotores imobiliários; moradores de alta renda; algumas comunidades tradicionais; empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água; poucos espaços menos regulados, nos quais convivem atividades residenciais, comerciais e de serviços etc. Por causa da concentração de terras derivada da mineração, que periodicamente promovia a desafetação e venda de partes de seu patrimônio fundiário para o empreendimento de projetos de loteamentos, o padrão de urbanização foi sempre muito disperso, sendo tal tendência reforçada nas últimas duas décadas, quando se generalizou. Um estilo de vida associado à dispersão residencial em empreendimentos de alta renda, combinando segurança com proximidade à natureza, tornou-se um produto imobiliário altamente valorizado, e a expansão metropolitana na direção sul representa o exemplo mais contundente desse processo (COSTA *et al.*, 2006). Constituem o que temos chamado de novas periferias, agora associadas à afluência daqueles que podem arcar tanto com os elevados preços dos imóveis, quanto com os deslocamentos pendulares motivados por trabalho, estudo, acesso a comércio e serviços, usualmente em carros particulares, gerando crescentes custos ambientais e sociais, muitos dos quais arcados por grande parte da sociedade, a exemplo das tarifas de transporte, do aumento do tráfego e da redução da mobilidade.

Tais projetos imobiliários estão se tornando cada vez mais complexos em termos de uso do solo, das atividades que abrigam, do tamanho e escala do

empreendimento, associando diferentes tipologias residenciais a *shopping centers*, centros de convenções e lazer, centros de pesquisa e educação, áreas de preservação ambiental e uma série de outras atividades. Sua estratégia promocional enfatiza muito o oferecimento de uma centralidade controlada, na qual as pessoas presumivelmente encontram tudo aquilo de que precisam para sua reprodução cotidiana, sem ter que recorrer ao centro da cidade. A idealização de uma vida no campo, modernizada e longe dos perigos e desafios dos centros de cidade, é bastante poderosa e muito útil para alimentar os negócios imobiliários. Trata-se de uma concepção de certa forma perigosa e ideológica, quando põe em risco as ideias de urbanidade e heterogeneidade, de encontro com o outro, com o diferente, geralmente associadas à vida urbana e à própria noção de centralidade, como adotada neste trabalho. Naturalmente, tais concepções não podem ser automaticamente associadas a uma forma espacial – dispersa – em si, mas sim à apropriação social que tal configuração tomou no capitalismo periférico brasileiro, ao constituir uma mercadoria com forte conteúdo simbólico associado às elites, cuja dinâmica produtiva exalta valores e processos de exclusão socioespacial, em detrimento de um investimento coletivo no fortalecimento e recuperação das centralidades tradicionais.

Atualmente, também os investimentos estatais em infraestrutura econômica exigida pelo capital ficaram mais complexos, redefinindo lugares e centralidades econômicas para torná-los mais competitivos, na era da chamada economia do conhecimento. Disponibilidade de novas tecnologias e de parceiros terceirizados, qualificação da força de trabalho, existência e proximidade de centros avançados de pesquisa e inovação, investimento em renovação urbana e adequação da regulação ambiental são novos requisitos do capital que devem ser adicionados aos tradicionais, tais como infraestrutura, incentivos fiscais ou terra adequada e mais barata.

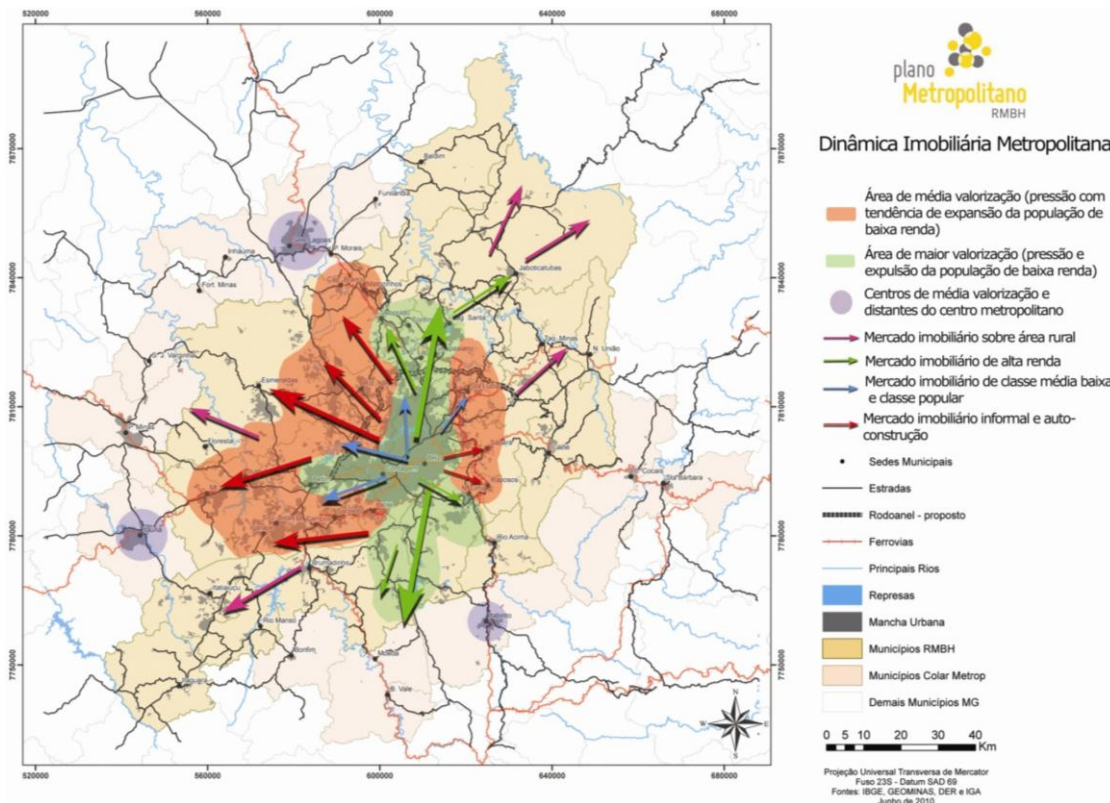
Durante a última década, a região metropolitana de Belo Horizonte constitui um contundente exemplo de tais políticas, uma vez que governo do

Estado de Minas Gerais engendrou uma nova onda de investimentos com o objetivo de tornar a região competitiva nacional e internacionalmente. A maioria deles concentra-se na expansão metropolitana norte, uma região tradicional de urbanização popular, como mencionado, agora em processo de intensa transformação. Estratégias de desenvolvimento econômico foram concebidas para estimular que investimentos privados em serviços avançados e em indústrias contemporâneas – intensivas em tecnologias não poluente etc. – acompanhem, em termos econômicos e espaciais, os investimentos públicos realizados. Como em momentos anteriores, observa-se um grande volume de investimentos voltados para a produção do espaço abstrato, melhorando as condições existentes, principalmente a infraestrutura econômica associada à acessibilidade, um importante requisito para a reprodução tanto do capital quanto da força de trabalho (COSTA; MENDONÇA, 2011).

Inicialmente, foi renovado o aeroporto metropolitano, situado no município de Confins, no limite norte, juntamente com grandes melhorias no sistema viário. Decisões locacionais econômicas envolveram projetos de centros de pesquisa relacionados a alta tecnologia e serviços avançados, um centro de pesquisa aeroespacial e centros universitários. Uns se encontram em operação, outros estão em execução e alguns permanecem enquanto intenção. O conjunto de projetos, incluindo um novo anel viário que irá alterar a acessibilidade de toda a região, vem impulsionando os mecanismos de elevação do preço da terra, atraindo investimentos imobiliários direcionados a um mercado de renda muito mais elevada em comparação à que era tradicional na região. Em que medida os territórios populares tradicionais serão capazes de permanecer onde estão e se beneficiar de novos negócios e serviços atraídos para a região, constituindo novas centralidades e reforçando as tradicionais, é uma questão ainda a ser avaliada. Por outro lado, pode haver um processo generalizado de gentrificação em parte dessas áreas, transformando radicalmente a estrutura socioespacial e,

possivelmente, criando novas fronteiras populares mais distantes. Tais tendências do mercado imobiliário são ilustradas na Figura 1 a seguir.

Figura 1: RMBH. Dinâmica imobiliária metropolitana.



Fonte: UFMG (2011).

A segunda mudança importante foi a criação, há alguns anos, de uma centralidade político-administrativa no limite norte de Belo Horizonte. Aí foi implantado um impressionante projeto de Oscar Niemeyer, composto pelo Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais e por duas torres que abrigam todas as secretarias e instituições públicas estaduais, para onde 16.000 pessoas se deslocam diariamente. Essas novas áreas constituem simulacros de centralidade, como assinala Monte-Mór (2013), à medida que carecem da simultaneidade, do encontro e da festa. Constituem-se, assim, seguindo a distinção feita no início, em polos de gestão político-administrativa, em polos de atividades econômicas,

portadores de centralidades incompletas, por representarem tão somente centralidades político-administrativas ou econômicas, sem se constituir (ainda) em uma centralidade de fato compreendendo a heterogeneidade e a diversidade da vida cotidiana associada aos usos econômicos, políticos, culturais e sociais do lugar.

Em síntese, o conjunto de projetos decididos para a região vem causando uma intensa transformação urbana e gerando um aumento generalizado dos preços de terrenos e imóveis. Como em décadas anteriores, investimentos imobiliários foram atraídos para a expansão norte, seguindo a estratégia econômica, entretanto, alguns novos elementos podem ser identificados: em primeiro lugar, novos projetos de habitação de interesse social têm atraído o capital privado em consequência de novos recursos de financiamentos federais para habitação pública, e a maioria deles está localizada na expansão norte, contribuindo para aumentar a densidade de ocupação e intensificar a demanda social por infraestrutura, oportunidades de trabalho, qualificação e educação. O expressivo crescimento demográfico identificado nos municípios da periferia norte reflete todos esses processos. Sua população, principalmente de baixa renda, desloca-se diariamente para regiões mais centrais, por razões de trabalho e outras necessidades urbanas, enquanto os governos locais dos municípios em que residem são e permanecem financeira e politicamente incapazes de atender às demandas sociais básicas. O medo de despejo causado pela possível gentrificação virtual da área constitui uma grande preocupação dos moradores de baixa renda, que teriam de se mudar para periferias ainda mais distantes e precárias em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos. Muitos movimentos sociais são agora organizados em torno de políticas de regularização de terras, vistas como a principal resposta pública para o problema (COSTA; MENDONÇA, 2011).

Além disso, há evidências de fragmentação e dispersão da expansão urbana, por meio de empreendimentos residenciais, serviços produtivos da

economia do conhecimento, centros de convenções e de compras, complexos de serviços de saúde e educação, empreendimentos turísticos e culturais, entre outros. A esses, se o regime vigente de propriedade da terra permitir, provavelmente, se seguirão variadas modalidades de assentamentos populares formais e informais, que acompanharão as oportunidades de emprego e renda. Em que medida as novas centralidades irão trazer para a periferia a maioria dos atributos do centro dependerá de quais agentes sociais e de que interesses irão prevalecer no processo de urbanização. De qualquer forma, as tendências territoriais apontam para uma cidade, área urbana ou metropolitana sem fronteiras, na qual a feroz disputa pelo uso da terra – residencial, produtivo, de serviços, agrícola, minerário, de preservação, de estoque de terrenos vazios etc. – tende a substituir a oposição cada vez mais fraca entre as áreas ou zonas urbanas e rurais.

Como um padrão contemporâneo de configuração territorial, a dispersão da urbanização traz novos desafios e também novas possibilidades, principalmente no nível político, tanto para os governos locais, confrontados com diferentes formas de empreendimentos imobiliários e as decorrentes exigências em termos de oferta de atividades e serviços – de centralidades –, quanto para as alternativas metropolitanas de articulação política e de planejamento. Como não há um nível metropolitano de poder político instituído, mas uma estrutura de governança metropolitana em processo de construção, as respostas do governo do Estado de Minas Gerais são ainda ambíguas. Em escala regional, as respostas, em termos de estratégias de desenvolvimento, referem-se principalmente a investimentos no espaço abstrato, necessários para tornar a região metropolitana de Belo Horizonte competitiva nos níveis nacional e global. Na escala metropolitana, as estratégias locais tendem a reforçar a concorrência e a diferenciação entre municípios, ao invés de negociar mecanismos de compensação ou de solidariedade.

De fato, estratégias de desenvolvimento são importantes para permitir uma mudança tecnológica na economia, de uma estrutura produtiva convencional para a chamada economia da aprendizagem, baseada em alta tecnologia, serviços produtivos, educação etc. Mas, tradicionalmente, no Brasil, o desenvolvimento econômico não se traduz facilmente em melhorias sociais, e o conjunto de projetos já decidido para a região metropolitana de Belo Horizonte mostra, até o momento, pouca inovação ou melhorias associadas a graves questões sociais, continuando a depender fortemente da mineração e metalurgia, setores que exigem pesada regulação estatal em termos de políticas ambientais e territoriais. Até agora, esses investimentos estão replicando processos implementados por várias décadas e dificilmente trazem inovações relativas à produção do espaço e ao papel dos agentes sociais por elas responsáveis.

No que se refere ao planejamento e à governança metropolitana, uma experiência recente na região metropolitana de Belo Horizonte resultou na elaboração de um plano metropolitano, designado de Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, juntamente com outras universidades, em estreita articulação com setores do governo do estado e contando com forte participação de grupos sociais organizados. O Plano (UFMG/PUC/UEMG, 2011) adotou uma abordagem metodológica inovadora, articulando análises temáticas e, esperamos, interdisciplinares do território metropolitano, com um processo de discussão participativa por meio de diversas oficinas e seminários com grupos e setores da sociedade civil, o que resultou na concepção de trinta políticas metropolitanas abrangendo diversas áreas. A proposta de reestruturação territorial metropolitana é uma das principais dimensões do Plano. A criação e o reforço de uma rede de centralidades de diferentes escalas é o elemento-chave da proposta, como uma tentativa de reverter a ainda forte configuração centro-periferia, buscando trazer para as regiões periféricas parte da heterogeneidade de usos das áreas centrais associados com a urbanidade implícita nos serviços e demandas da

vida cotidiana. A continuidade do Plano naturalmente requer ainda o detalhamento e aprofundamento de políticas e projetos a serem implementados, mas sua elaboração pode ser considerada uma poderosa experiência de aprendizado para aqueles que dela participaram. Em que medida e por quais mecanismos tal processo pode contribuir para produzir uma mudança social significativa permanece uma questão em aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo da expansão urbana espalhada e dispersa da região metropolitana de Belo Horizonte, superpondo-se a uma configuração metropolitana mais tradicional do tipo centro-periferia, abrange uma ampla gama de processos, que converge para as questões levantadas no início deste ensaio e as reitera. Muitos desses processos estão associados à provisão de condições gerais de produção, a disputas por espaço e à adoção de novas tecnologias, resultando na compressão do espaço e do tempo (HARVEY, 1989) e na extensão das condições urbanas de reprodução para todo o território (MONTE-MÓR, 2003). Tais tendências podem ser encontradas em vários lugares e foram analisadas por muitos autores.

Tomando em consideração a crescente fluidez do capital e a mobilidade espacial do trabalho, junto com o aumento da liberdade relativa de localização espacial das instalações industriais e atividades produtivas, alguns poderiam concluir que essa dispersão significaria o fim das cidades, enquanto aglomerações como as conhecemos. Ou, ao contrário, poderiam interpretá-la tão somente como uma fase de expansão das aglomerações urbanas originais. De todo modo, essa dispersão generalizada da urbanização em escala territorial, que contribui para conformar estruturas urbanas policêntricas ou acêntricas, desafia as interpretações tradicionais e os paradigmas da centralidade e da rede urbana e exige um esforço renovado de reflexão.

Permanece em aberto, por ora, qual será a forma urbana final. Por enquanto, a resultante desses processos é uma forma urbana fluida, que apresenta uma disjunção do centro histórico e da centralidade urbana, com diversificação e segmentação funcional da centralidade em diferentes sítios do território, e a formação e multiplicação de simulacros de centralidade. A paisagem urbana converte-se em uma colcha de retalhos, recortada por espaços naturais vazios, por espaços ocupados por atividades agrícolas ou extrativas, e por diferentes aglomerações, evidenciando, todos, o caráter dialético da produção contemporânea do espaço urbano, marcada pela fluidez da separação entre a cidade e a não cidade, da urbanização da natureza e da rurbanização das cidades (LIMONAD, 2010; LIMONAD; MONTE-MÓR, 2012).

Consequentemente, assim, pouco a pouco, perde-se a velha urbanidade, o que resulta no esvaziamento da centralidade, a partir da perspectiva proposta por Lefebvre (1969), da centralidade entendida como lugar do encontro, da promiscuidade de usos, da simultaneidade e da festa.

REFERÊNCIAS

ASIMOV, Isaac. *Foundation*. New York: Doubleday, 1951.

BORDEAU-LEPAGE, Lise; HURIOT, Jean M. On poles and centers: cities in the French style. *Urban Public Economics Review*, Santiago de Compostela, n. 3, pp. 12-35, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/504/50400302.pdf>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

CHALAS, Yves. Centre, centralité et polycentrisme dans l'urbanisation contemporaine. *Urbia*, Les Cahiers du développement urbain durable. Université de Lausanne, n. 11, dezembro de 2010, pp. 23-41, 2010. Disponível em: http://www.unil.ch/webdav/site/ouvdd/shared/URBIA/Urbia_11/Yves_chalas.

Acessado em 2 de Maio de 2013.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CLAVAL, Paul. Réflexions sur la centralité. *Cahiers de Geographie du Quebec*, Quebec, v. 44, n. 123, pp. 285-301, 2000. Disponível em:

<http://www.erudit.org/revue/cgq/2000/v44/n123/022922ar.pdf>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

COSTA, Heloisa S. de M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto L. de (org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994, pp. 51-77.

_____. Metropolitan planning and urban politics in a context of disperse urbanization: notes from Belo Horizonte, Brazil. Trabalho apresentado no 15th. *International Planning History Society Conference "Cities, nations and regions in planning history"*, Universidade de São Paulo, Brasil, 2012.

COSTA, Heloisa S. de M. et al. (org.) *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2006.

COSTA, Heloisa S. de M.; MENDONÇA, Jupira G. Development strategies and urban planning: are they connected? Comments from the Metropolitan Region of Belo Horizonte, Brazil. Trabalho apresentado no EADI/DSA Conference "Rethinking development in an age of scarcity and uncertainty. New values, voices and alliances for increased resilience", University of York, York-UK, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavello, sulla politica e sullo Stato moderno*. Roma: Editori Riuniti, 1996. Disponível em: http://www.liberliber.it/mediateca/libri/g/gramsci/note_sul_machiavelli/pdf/note_s_p.pdf. Acessado em 13 de Maio de 2013.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity. An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. *Spaces of capital. Towards a critical Geography*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

INDOVINA, Francesco. *La città diffusa*. Venecia: DAEST, 1990.

_____. La nuova dimensione urbana: L'arcipelago metropolitano. In:

MARCELONI, Maurizio. (ed.) *Questioni della città contemporanea*. Milano: FrancoAngeli, 2005, pp. 49-75.

LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: Maspero, Petite Collection Maspero n° 165, 1982.

_____. *De la géopolitique aux paysages*. Paris: Armand Colin, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LIMONAD, Ester. Multipolar urbanisation patterns in south Rio de Janeiro: from competition or cooperation to cooptation. In: MARKOWSKI, Tadeusz; MARSZAL, Tadeusz. (ed.) *Polycentric metropolitan regions - new concepts and experiences*. Warsaw: Polish Academy of Sciences - Committee for Space Economy and Regional Planning, v. 11, pp. 143-158, 2002.

_____. No todo acaba en Los Angeles ¿un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa? *Biblio3W*, Barcelona, v. 12, n. 734, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

_____. Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7. n. 11, pp. 163-179, 2010.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. Por el derecho a la ciudad, entre lo rural y lo urbano. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 16, n. 418(25), pp. 1-7, novembro de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-25.htm>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

MCLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.

MONNET, Jérôme. *Centre et périphérie au Mexique: dialectiques et dynamiques géographiques à plusieurs échelles*. Toulouse: Archives-ouvertes, 2002. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/05/18/43/PDF/ut1-monnet.pdf>. Acessado em 2 de Maio de 2013.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASSTRIOA, Leonardo B. (org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, pp. 260-271.

_____. Notas para um debate sobre o conceito contemporâneo de centralidade. Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, Recife, 2013. Trabalho apresentado na Sessão Livre: “Urbano, cidade e espaço (e suas interconexões) no pensamento de Henri Lefebvre: reflexões sobre a aproximação entre teoria e prática urbana”. Recife, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José A. (org.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977, pp. 65-76.

PESAVENTO, Sandra J. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acessado em 2 de Maio de 2013. DOI : 10.4000/nuevomundo.3212

REIS FILHO, Nestor G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Loyola, 1996.

SHEPPARD, Eric. The spaces and times of globalization: place, scales, works and positionality. *Economic Geography*, v. 78, n. 3, pp.307-330, 2002.

SOJA, Edward W. *Post-modern geographies*. London/New York: Verso, 1989.

SPOSITO, Maria E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, UNESP, São Paulo. v. 10, 1, pp.1-18, 1991.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, pp. 27-37, 1998.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. PDDI - *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, Sumário Executivo. Belo Horizonte, 2011.